

DA TEORIA À PRÁTICA COM COR E CORAGEM: PIBID E A LEI 10.639/03 NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Glicínia Raquel Feitoza Braz¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma experiência formativa desenvolvida por uma professora-supervisora e oito licenciandos do subprojeto PIBID/Letras–Português, vinculada ao ensino de Língua Portuguesa em turmas do Ensino Fundamental. A proposta buscou promover o letramento racial crítico em articulação com a efetivação da Lei 10.639/03, por meio da criação de oficinas e intervenções pedagógicas que reconhecessem a linguagem como ferramenta de transformação e valorização das identidades negras, consequentemente, o letramento linguístico também foi contemplado. Fundamentado em referenciais teóricos que compreendem a educação como prática da liberdade, a linguagem como prática social, as representações culturais como construções identitárias e a educação antirracista como compromisso ético e político, o trabalho evidenciou como a atuação colaborativa entre docente e licenciandos no espaço escolar pode contribuir significativamente para a formação crítica e engajada dos futuros professores, ao mesmo tempo em que ressignifica o ensino de Língua Portuguesa em contextos de vulnerabilidade social e simbólica. A vivência possibilitou que os pibidianos compreendessem os desafios, conquistas e potencialidades da prática pedagógica comprometida com a justiça racial, promovendo uma formação docente que não se limita ao cumprimento curricular, mas que assume a escola como território de resistência, denúncia, reconstrução e esperança transformadora. Assim, a experiência fortaleceu o compromisso com uma educação inclusiva e antirracista.

Palavras-chave: PIBID, formação docente, Língua Portuguesa, educação antirracista, Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

A efetivação da Lei 10.639/03² constitui um desafio permanente para a escola brasileira: mesmo com duas décadas de vigência, a presença qualificada dos conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira e africana ainda é incipiente em muitos contextos pedagógicos. Tal cenário reflete a permanência de uma cultura escolar eurocentrada e a ausência de políticas formativas que articulem teoria, prática e compromisso ético com a diversidade. Considerando a centralidade da linguagem na construção das identidades e na reprodução das desigualdades sociais, discutir a implementação dessa lei no ensino de Língua Portuguesa torna-se tarefa essencial para a consolidação de uma educação antirracista e humanizadora.

¹ Mestra em Educação Contemporânea pela UFPE, graduada em Letras pela UFRPE. Professora da educação básica pública e Supervisora do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência, raquelgfeitoza@gmail.com.

² A ênfase na Lei 10.639/03 deve-se ao contexto escolar pesquisado, marcado por expressões recorrentes de racismo e apagamento da história afro-brasileira. Reconhece-se, contudo, a importância da Lei 11.645/08 e das narrativas dos povos originários, que também foram contempladas em momentos formativos do projeto e integradas às reflexões sobre identidade e diversidade cultural.



Neste trabalho, descrevo e analiso uma experiência prática realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que mobilizou oito licenciandos e a supervisão docente para articular o ensino de Língua Portuguesa ao letramento racial crítico em turmas do Ensino Fundamental. A proposta fundamenta-se em concepções teóricas que compreendem a educação como prática da liberdade, a linguagem como prática social e a identidade como construção discursiva e cultural. Parte-se da hipótese de que a formação colaborativa, ao integrar professores da educação básica em programas de iniciação à docência, constitui vetor fundamental para que a pauta antirracista deixe de ser mera formalidade curricular e se concretize como prática educativa intencional e transformadora.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, foi desenvolvida em uma escola pública inserida em contexto social vulnerável, marcada por limitações materiais e por manifestações recorrentes de racismo entre estudantes e famílias da comunidade. O diagnóstico inicial, realizado por meio de rodas de conversa e questionários, revelou baixo repertório histórico sobre a escravidão e as lutas negras, confusão conceitual sobre racismo, frequentemente naturalizado como “brincadeira”, e forte presença de expressões de embranquecimento na autodeclaração racial dos estudantes. Esse quadro justificou a necessidade de práticas pedagógicas que promovessem reconhecimento identitário, valorização cultural e reflexão crítica sobre o papel da linguagem na manutenção e no enfrentamento das desigualdades raciais.

Nesse contexto, o subprojeto do PIBID intitulado *A palavra como ação: letramento crítico e ensino de português para uma educação antirracista* foi implementado ao longo de dois semestres letivos, com oficinas intercaladas às aulas regulares de Língua Portuguesa. As ações envolveram rodas de conversa, releituras de mitos afro-brasileiros, produção de textos autorais, elaboração de um dicionário ilustrado de palavras africanas e, as atividades culminaram na exposição *Vozes do passado e ações do presente*. Também foram realizadas vivências estético-culturais em exposições de arte e sessões de cinema no SESC Garanhuns, ampliando o repertório simbólico dos estudantes e licenciandos.

Os resultados indicaram avanços na afirmação identitária dos alunos, na ampliação do repertório histórico e na conscientização dos pibidianos sobre o papel político da docência. Tais evidências reforçam que a integração entre teoria e prática, mediada pelo diálogo e pela ação colaborativa, potencializa a formação docente crítica e o compromisso com a justiça racial. Assim, o estudo demonstra que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, a escola pública pode



se afirmar como território de resistência, reconstrução e esperança, concretizando o inédito viável de uma educação que ensina e transforma com cor e coragem.

FUNDAMENTOS DA PRÁTICA E DA REFLEXÃO

A experiência formativa aqui relatada se insere em um horizonte freireano de educação como prática da liberdade, fundamentado no conceito de *inédito viável* (Freire, 1974; 2001). Tal perspectiva entende o ato educativo como um movimento coletivo de esperança e transformação, em que o educador e o educando constroem juntos possibilidades de existência que ainda não se realizaram, mas que podem ser gestadas no diálogo e na ação. Ao mobilizar esse princípio, o subprojeto do PIBID/Letras–Português reafirma o papel da escola pública como espaço de criação de novos possíveis e de reinvenção das práticas pedagógicas voltadas à justiça racial e social.

Essa dimensão libertadora encontra sustentação nos estudos de Stuart Hall (2006), para quem as identidades culturais são construídas nas e pelas representações sociais. O autor destaca que as relações entre identidade, diferença e poder se organizam em sistemas de significação nos quais o eurocentrismo se naturaliza como norma, produzindo o “outro” como ausência ou inferioridade. No contexto escolar, reconhecer essas dinâmicas é condição para reconfigurar o currículo e deslocar o olhar hegemônico que silencia a contribuição negra e africana na constituição do Brasil.

Nessa direção, o ensino de Língua Portuguesa é compreendido aqui como prática social e política (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2009). A linguagem não apenas representa o mundo, mas também o produz — por meio dela se instauram relações de poder, se reforçam estereótipos ou se constroem resistências. Assim, o trabalho com textos, discursos e narrativas deve possibilitar aos estudantes compreenderem e reescreverem o mundo, tornando-se sujeitos de sua própria história. Ao incorporar o letramento racial crítico como eixo estruturante, o projeto desloca o ensino da língua de uma função normativa para uma função emancipadora, em sintonia com a concepção de *educação antirracista* discutida por Djamila Ribeiro (2019), Bárbara Carine (2023) e Nilma Lino Gomes (2019). Essas autoras ressaltam a importância de práticas pedagógicas que problematizem o racismo estrutural, validem as experiências negras e promovam o reconhecimento de diferentes vozes e epistemologias.

Portanto, a articulação entre Freire, Hall, Fairclough e as teóricas da educação



antirracista permite compreender que a efetivação da Lei 10.639/03 ultrapassa o cumprimento formal de um dispositivo legal: trata-se de ressignificar o lugar da linguagem e da cultura negra no currículo, de modo que o ensino de português se torne espaço de produção de sentido, identidade e cidadania. É nessa tessitura teórico-prática que o subprojeto do PIBID se consolidou, assumindo a linguagem como território de luta e esperança.

CAMINHOS METODOLÓGICOS E PERCURSOS DE INTERVENÇÃO

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de intervenção pedagógica com abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentado na vivência prática e reflexiva da professora-supervisora e de oito licenciandos do PIBID/Letras–Português, em uma escola pública municipal do Agreste pernambucano.

O processo metodológico foi organizado em quatro etapas articuladas, que corresponderam ao movimento contínuo entre diagnóstico, ação e reflexão:

a) Diagnóstico inicial

Realizou-se um mapeamento dos repertórios e percepções raciais dos estudantes, por meio de questionários, rodas de conversa e observações de sala. Identificou-se baixa referência à história afro-brasileira e africana, naturalização de expressões racistas e forte presença de autodeclarações embranquecidas. Esses dados orientaram o planejamento das oficinas e confirmaram a urgência de práticas de letramento racial crítico no ensino de Língua Portuguesa.

b) Planejamento coletivo

Supervisora e licenciandos reuniram-se semanalmente para estudar os referenciais teóricos, selecionar textos e planejar as atividades. O grupo definiu como princípios norteadores: (1) valorização da ancestralidade; (2) integração entre linguagem e identidade; (3) articulação entre arte, história e palavra. Esse processo de coautoria fortaleceu a formação docente colaborativa, promovendo a ponte entre teoria e prática.

c) Intervenções pedagógicas e vivências culturais

As ações em sala se estruturaram em oficinas temáticas, releituras de mitos afro-brasileiros, produção textual e expressões visuais, todas mediadas pela perspectiva da linguagem como



prática social. Entre as atividades, destacaram-se:

- Oficina “Que história a pele conta?” – jogo de cartas com fatos sobre escravidão, racismo estrutural e lutas negras, promovendo escuta crítica, diálogo com opiniões e argumentação e desnaturalização de preconceitos.
- Rodas de conversa sobre ancestralidade e representatividade, com imagens de figuras públicas e locais.
- Dicionário ilustrado de palavras africanas, conectando léxico e cultura.
- Releituras de mitos afro-brasileiros, com produção de contos autorais e narrativas de memória.
- Exposição “Vozes do passado e ações do presente”, como culminância, integrando textos, painéis e apresentações.
- O subprojeto também incluiu vivências estético-culturais no SESC Garanhuns, como visitas às exposições *Três Pedras Dentro Dessa Aldeia* (Luisa Magaly) e *Para Fazer Dançar as Linhas* (Rafael Sisant), e à exibição do curta senegalês *A Pequena Vendedora de Sol* (Djibril Diop Mambéty). Essas experiências ampliaram o repertório simbólico e permitiram que estudantes e pibidianos estabelecessem pontes entre África e Brasil, reconhecendo a arte como dispositivo de leitura crítica do mundo.

d) Registro, análise e avaliação

Os diários reflexivos dos pibidianos, as produções textuais e autorretratos dos estudantes e os relatórios de acompanhamento foram utilizados como corpus de análise qualitativa, a partir das categorias emergentes:

- (a) reconhecimento identitário;
- (b) ampliação do repertório histórico-cultural;
- (c) desenvolvimento de sensibilidade docente;
- (d) integração escola-território.

A análise desses registros revelou avanços significativos:

- ampliação do repertório histórico e simbólico sobre a cultura afro-brasileira;
- maior afirmação de identidades negras nas produções dos alunos;



- conscientização crítica dos pibidianos sobre o papel político da linguagem;
- e percepção das limitações estruturais da escola no trato com o tema racial.

Esses resultados dialogam diretamente com a teoria: evidenciam a potência da *educação como prática da liberdade*, o enfrentamento das *representações hegemônicas* e o uso da *linguagem como instrumento de emancipação*. Assim, teoria e prática se retroalimentam em um movimento que consolida a escola como espaço de produção de sentidos e de transformação social.

A ESCOLA COMO TERRITÓRIO DE REEXISTÊNCIA

As ações desenvolvidas no âmbito do subprojeto PIBID/Letras–Português geraram um conjunto expressivo de evidências qualitativas que permitem avaliar tanto o impacto pedagógico junto aos estudantes quanto os efeitos formativos sobre os licenciandos.

A partir da análise dos registros: diários de campo, produções textuais e autorretratos, emergiram quatro categorias principais: (a) reconhecimento identitário, (b) ampliação do repertório histórico e cultural, (c) desenvolvimento da sensibilidade docente e (d) integração entre escola e território.

O primeiro eixo, reconhecimento identitário, evidenciou que a aproximação dos alunos com referências negras, mitos afro-brasileiros e histórias locais favoreceu a valorização de suas origens e a desconstrução de estereótipos raciais. Nas produções escritas e visuais, observou-se um movimento de autoafirmação, em que expressões como “sou negro com orgulho” ou “minha cor tem história” passaram a aparecer com frequência, revelando um processo de reconstrução subjetiva mediado pela linguagem, o que confirma o papel emancipador atribuído à língua por Fairclough (2009).

No eixo da ampliação do repertório histórico e cultural, os estudantes demonstraram maior domínio de eventos e personagens da história afro-brasileira e africana, anteriormente ausentes de sua memória escolar. As oficinas, leituras e vivências culturais permitiram que a África deixasse de ser percebida apenas como “lugar da escravidão” para ser compreendida como espaço de civilização, arte e resistência — deslocamento simbólico que, conforme Hall (2006), é essencial para romper com o olhar eurocentrado.

Quanto ao desenvolvimento da sensibilidade docente, os pibidianos reconheceram que



a prática supervisionada os fez revisitar suas concepções sobre ensino, currículo e linguagem. O contato direto com o contexto escolar vulnerável e com as expressões de racismo cotidiano os confrontou com as limitações das abordagens tradicionais e os mobilizou a pensar a docência como ato político, conforme propõe Freire (2001).

Por fim, a integração entre escola e território ganhou corpo na exposição “Vozes do passado e ações do presente”, que envolveu a comunidade e ampliou o alcance social das práticas pedagógicas, transformando o espaço escolar em ambiente de partilha e reconhecimento coletivo. Os alunos apresentaram seus conhecimentos e estudos sobre o percurso histórico escravocrata, personalidades e referências negras no Brasil, lutas dos movimentos sociais, a criação de leis e as origens culturais ancestrais.

Esses resultados confirmam que o ensino de Língua Portuguesa, quando orientado por uma perspectiva de letramento racial crítico, atua não apenas sobre competências linguísticas, mas sobre a formação ética e cidadã dos sujeitos. A palavra, nesse contexto, torna-se gesto político de resistência e reconstrução.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS: ENTRE A ESPERANÇA E A AÇÃO

A intervenção desenvolvida evidencia que a efetivação da Lei 10.639/03 não depende unicamente da presença de conteúdos afro-brasileiros nos currículos, mas da construção de metodologias engajadas e colaborativas que vinculem teoria e prática. Nesse sentido, o PIBID revela-se espaço privilegiado para formar professores capazes de compreender o ensino como prática social e emancipatória.

A prática formativa colaborativa, ao integrar docentes da educação básica e licenciandos, materializa o princípio freireano de diálogo horizontal. A escola deixa de ser apenas campo de aplicação e se converte em espaço de coaprendizagem e reflexão sobre o fazer docente. Essa aproximação permitiu aos pibidianos compreender a complexidade da realidade escolar e a necessidade de construir estratégias que articulem saberes acadêmicos e cotidianos.

A linguagem como tecnologia de libertação, inspirada em Fairclough (2009), aparece nas oficinas e produções dos alunos como instrumento de deslocamento simbólico. As narrativas orais, escritas e visuais elaboradas pelos estudantes reconfiguraram lugares de fala e permitiram novas representações do ser negro, fortalecendo o vínculo entre identidade e palavra. Assim, o ensino de português se reafirma como espaço político, em que o sujeito



aprende não apenas a escrever, mas a existir discursivamente.

Ao mesmo tempo, as limitações estruturais persistem como barreiras para a continuidade das ações. A ausência de formação continuada para professores, a falta de materiais didáticos antirracistas e a resistência institucional em tratar o racismo como questão pedagógica reforçam a necessidade de políticas públicas integradas. Tais desafios mostram que o cumprimento da Lei 10.639/03 exige não apenas vontade individual, mas um compromisso sistêmico com a equidade racial.

Os resultados indicam, portanto, que práticas como as desenvolvidas no PIBID podem servir de modelo replicável para escolas públicas, desde que acompanhadas de suporte institucional e formativo. A experiência revelou que a escola pode, mesmo em contextos de vulnerabilidade, tornar-se território de reexistência, onde o aprendizado se faz também pela escuta, pela arte e pela ancestralidade.

Em síntese, a discussão confirma que o letramento racial crítico — ao articular linguagem, identidade e cultura — cumpre a função de construir novos modos de leitura e de escrita de si e do mundo. A escola pública, nesse processo, reafirma-se como espaço de produção de conhecimento e de esperança ativa.

ENTRE O INÉDITO VIÁVEL E O COMPROMISSO COM A JUSTIÇA RACIAL

A experiência apresentada reafirma que o cumprimento da Lei 10.639/03 ultrapassa a dimensão normativa e se concretiza na prática pedagógica cotidiana, quando o ensino de Língua Portuguesa assume o compromisso de ler o mundo com lentes críticas e plurais. Ao integrar teoria e prática, universidade e escola, saberes acadêmicos e saberes comunitários, o subprojeto PIBID/Letras–Português demonstrou que a docência pode ser exercício de criação coletiva e gesto político de resistência.

Sob o olhar freireano, o *inédito viável* se manifesta aqui como possibilidade concreta de transformar a escola pública em território de reexistência e diálogo, onde as palavras ganham cor, corpo e coragem. As oficinas, vivências culturais e produções textuais revelaram que os estudantes, quando convidados a pensar sobre suas origens e a se verem representados, ressignificam suas narrativas e passam a ocupar o espaço discursivo com autoria e pertencimento.



Ao mesmo tempo, a trajetória formativa dos licenciandos mostrou que o aprendizado docente não se dá apenas no domínio de metodologias, mas sobretudo na escuta sensível e no enfrentamento ético das contradições da escola real. A presença ativa do professor da educação básica como supervisor, mediador e coautor da formação inicial rompe com a lógica verticalizada de transmissão e produz um campo de experiências genuinamente colaborativas.

Os resultados obtidos, embora localizados, apontam caminhos promissores para a consolidação de práticas de letramento racial crítico em diferentes contextos educativos. Eles evidenciam que é possível ensinar língua portuguesa de forma engajada, crítica e afetiva, mesmo em ambientes marcados pela escassez material, desde que se reconheça a potência transformadora da palavra e da arte.

Contudo, o estudo também expõe as tensões e desafios estruturais que persistem: a ausência de políticas consistentes de formação continuada, a fragilidade de materiais didáticos comprometidos com a diversidade e a resistência institucional em reconhecer o racismo como questão pedagógica central. Esses obstáculos exigem que a escola, os programas de formação docente e as universidades públicas fortaleçam suas parcerias e institucionalizem práticas antirracistas de forma contínua e sistemática.

Em síntese, a experiência reafirma que o ensino de Língua Portuguesa, quando atravessado por uma ética da alteridade e pela pedagogia da esperança, torna-se campo fértil para o exercício do pensar crítico e da emancipação. O PIBID, nesse percurso, mostra-se como espaço formativo privilegiado, capaz de articular teoria e prática com sentido social e compromisso político.

Entre a teoria e a prática, entre o texto e a vida, este trabalho defende que a educação antirracista não se resume a um conteúdo, mas constitui um ato de coragem e de amor, coragem de enfrentar silenciamentos históricos e amor pela humanidade que resiste e (re)existe na escola pública.

Assim, o inédito viável que emerge dessa experiência não é apenas a execução bem-sucedida de um projeto, mas a materialização de uma pedagogia que acredita no poder da palavra para transformar o mundo, uma pedagogia que ensina, com cor e coragem, a reinventar o possível.



AGRADECIMENTOS

À equipe gestora da escola, professores e funcionários, pela disponibilidade e cooperação;
Aos pibidianos, que partilham com carinho e responsabilidade o compromisso com uma educação pública de qualidade;
Ao supervisor Josimar Araújo, pela articulação que possibilitou aos estudantes o acesso a espaços culturais no SESC Garanhuns;
Aos estudantes dos anos finais, a quem se dirige nossa força de trabalho e sem os quais nenhum esforço faria sentido;
E a toda a minha ancestralidade, que inspira e sustenta minha luta por uma educação crítica, de qualidade, carregada de energia e potência criativa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: abr. 2025.
- CARINE, Bárbara. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Dandara, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. 2. ed. London: Longman, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação para a diversidade: o desafio das diferenças na escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2021.
- LEFFA, Vilson J. O papel político do professor de línguas. *Revista Contexturas: Ensino Crítico*



de Línguas, v. 11, n. 15, p. 11–29, 2008.

PINHEIRO, Carla Santos. Educação antirracista e a identidade racial do/as docentes na educação básica. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, p. 76–96, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

SANTOS, Cecília Gusson; SANTOS, James Rios de Oliveira; EL KADRI, Michele Salles. Letramento racial crítico na construção da educação antirracista nas aulas de língua inglesa da Educação Básica. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 22, n. 1, p. 119–149, 2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da. *Educação das relações étnico-raciais: caminhos para implementar a Lei 10.639/03*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

